

013 0087

1111110000

IEA# 501

TOYOKO KIYOTA
IEA - SBD

OFERTA DE ALIMENTOS NO BRASIL E A QUESTÃO DO TRIGO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

José Roberto da Silva

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



ERRATA

Relatório de Pesquisa nº 13/86

VARIAÇÕES DO TEMPO E DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA: PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE E SUA APLICAÇÃO PARA A CULTURA DO CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Gabriel L.S.P. da Silva; José R. Vicente; Denise V. Caser

	Onde está	Leia-se
Pág. 16, 2º §, 8ª Linha	1%	10%
Pág. 17, 2º §, 3ª Linha	1%	5%

O quadro 2, página 18, deve ser substituído pelo que se encontra no verso desta errata.

QUADRO 2. - Equações com Deficiências Hídricas em Diversos Períodos, Tendências, Geadas e Rendimento do Ano Anterior como Variáveis Explicativas do Rendimento do Café, Estado de São Paulo, 1956-84 (1)

Variáveis		Modelos de previsão		
explicativas		Jan-Set	Mar-Fev	Jan-Set (A)
Def. hídrica em Jan. t-1	(0,56)			
Def. hídrica em Fev. t-1	0,005			
Def. hídrica em Mar. t-1	(0,01)			
Def. hídrica em Mar. t-1	0,091	(4,69)***	0,105	
Def. hídrica em Abr. t-1	0,071	(6,96)***	0,061	
Def. hídrica em Mai. t-1	-0,072	-0,114	-0,117	
Def. hídrica em Jun. t-1	(6,73)***	(16,61)***	(26,80)***	
Def. hídrica em Jul. t-1	-0,069	-0,115	-0,119	
Def. hídrica em Ago. t-1	(3,00)*	(8,36)***	(14,82)***	
Def. hídrica em Set. t-1	0,006	0,044	0,062	
Def. hídrica em Out. t-1	0,011	0,044	0,062	
Def. hídrica em Nov. t-1	(0,03)	(2,40)*	(6,99)***	
Def. hídrica em Dez. t-1	-0,012	-0,005	-0,011	
Def. hídrica em Jan. t	(0,36)	(0,09)	(0,55)	
Def. hídrica em Fev. t	-0,026	-0,027	-0,030	
Def. hídrica em Mar. t	(0,74)	(4,03)**	(6,38)***	
Def. hídrica em Abr. t	0,021	0,024	0,024	
Def. hídrica em Mai. t	(0,37)	(0,59)	(0,59)	
Def. hídrica em Jun. t	-0,028	-0,060	-0,066	
Def. hídrica em Jul. t	(0,32)	(1,61)	(3,03)*	
Def. hídrica em Ago. t	0,006	0,040	0,016	
Def. hídrica em Set. t	(0,01)	(0,49)	(0,12)	
Def. hídrica em Out. t	0,002	0,002	0,012	
Def. hídrica em Nov. t	(0,00)	(0,00)	(0,05)	
Def. hídrica em Dez. t	-0,161	-0,114	-0,114	
Def. hídrica em Jan. t-1 a set. t-1	(6,48)***	(4,92)***	(4,92)***	
Rendimento em t-1	-0,169	-0,206	-0,101	
Rendimento em t-1	(1,40)	(2,80)*	(1,03)	
Tendência 1956-71	0,622	0,720	0,668	
Tendência 1972-84	(27,94)***	(38,60)***	(48,06)***	
Geadas em t-1	-0,461	-0,390	-0,447	
Geadas em t-1	(11,12)***	(10,76)***	(14,55)***	
Constante	-25,886	-30,596	-26,353	
	(5,76)***	(9,36)***	(3,69)**	
	-2,963	-3,922	-1,955	
	(5,97)***	(5,97)***	(5,97)***	
R ² (%)	81,7	87,0	88,2	
F	5,94***	6,69***	8,61***	
	11,47***	11,47***	11,47***	
	71,5	93,0	93,0	
	11,55***	11,55***	11,55***	

(1) Os valores entre parênteses são da estatística F. Níveis de significância: (*) 20%, (**) 10%, (***) 5% e (****) 1%.

OFERTA DE ALIMENTOS NO BRASIL E A QUESTÃO DO TRIGO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

José Roberto da Silva

INDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - ALGUNS ASPECTOS DA OFERTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	6
3 - CONCLUSÃO.....	12
LITERATURA CITADA.....	15

José Roberto da Silva

1 - INTRODUÇÃO

Entre os cinco principais produtos de abastecimento interno, o trigo se destaca por ser o único cujo suprimento é proveniente de importação, que representa, atualmente, cerca de dois terços do consumo nacional de aproximadamente 6,0 milhões de toneladas.

Dos produtos de abastecimento interno, o trigo é o único que apresenta uma política específica a nível nacional, a exemplo do que ocorre com alguns produtos de exportação, como é o caso da cana-de-açúcar através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do cacau pela Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e do café pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), contando com a atuação de vários órgãos de apoio. Em 1962 foi criada a Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), órgão do Banco do Brasil S.A., que se transformou posteriormente em Departamento de Comercialização do Trigo Nacional, mantendo a mesma sigla. O CTRIN é responsável por toda a aquisição do trigo nacional, é o agente financeiro e fiscal no que diz respeito à movimentação das safras e distribuição aos moinhos e também à distribuição e venda do trigo importado. A operacionalização da importação cabe ao Departamento do Trigo (DTRIG), da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). O sistema de comercialização vigente foi consolidado pelo Decreto-Lei nº 210, de 27/02/67.

FREITAS & DELFIM NETTO (2), em trabalho publicado em 1960, afirmaram que o sistema de comercialização do trigo foi concebido em função da "necessidade de se conciliar objetivos contraditórios como sejam: remuneração e levada para o produtor e preços baixos para o consumidor final". O estudo apresenta um histórico da política tritícola brasileira, analisando com mais ênfase a década de 50, quando a estatização do setor era quase total, faltando-lhe, então, apenas o controle físico da mercadoria. Na ocasião, o subsídio já existia mas era de natureza diferente do que se verifica hoje. Basicamente a produção nacional era subsidiada pelo saldo obtido pelo Banco do Brasil na operação de venda aos moinhos do trigo importado, pois o moinho paga

va um preço médio superior ao que o Banco do Brasil pagava pela importação e inferior ao que o produtor nacional recebia. Atualmente, tanto o trigo nacional como o importado são subsidiados através de recursos do Tesouro e o consumo é cerca de três vezes superior ao verificado por volta de 1960, mas o suprimento se dá basicamente nas mesmas proporções verificadas na década de 50: 65% a 70% através de importação e 30% a 35% pela produção nacional, que aumentou ao longo do período em função da expansão de área, sem variações significativas na produtividade (quadro 1). SILVA (21), ao analisar a cultura do trigo no que se refere a número de pesquisas realizadas, verificou que, dos dez quinquênios observados no período 1930/34 a 1975/79, só o último apresentou um volume de pesquisas relativamente significativo. Mesmo assim, os resultados teriam sido positivos e responsáveis por algumas mudanças na produtividade nos anos sessenta, mas não numa magnitude suficiente para imprimir o crescimento sustentado à cultura. Acrescenta-se que via de regra os resultados de pesquisas, notadamente na área de genética, na criação de variedades, demandam tempo. Assim, considerando-se que só no quinquênio de 1975/79 houve um esforço mais significativo da pesquisa, é prematura uma avaliação mais precisa.

Dessa forma, a produção cresceu a taxas inferiores ao consumo, resultando em elevação dos volumes importados; no período de 1970 a 1984 a produção nacional de trigo cresceu à taxa de 2,1% ao ano, o consumo per capita 3,1%, enquanto as importações cresceram 7,4%.

Em suma, em termos de atendimento da demanda, a situação pouco se alterou ao longo do período posterior à década de 50; o que mudou foi a fonte dos recursos, pois atualmente o trigo é adquirido pelo moinho por um preço inferior aos preços do importado e ao preço recebido pelo produtor nacional e o Estado assume a diferença. No período anterior a 1962, o Estado vendia para os moinhos o trigo importado com uma margem de lucro que era destinada a subsidiar a produção nacional, o que foi possível enquanto as condições de preços no mercado internacional eram favoráveis, de forma que o subsídio era basicamente à produção.

Verifica-se que as recomendações propostas por FREITAS & DELFIM NETTO (2) foram parcialmente aceitas e implementadas, estando em vigor desde 1962 com a criação do CTRIN. Basicamente, as diferenças entre o que foi recomendado e o implementado dizem respeito à existência do controle dos preços pelo Governo, tanto do trigo importado quanto do produzido internamente e à existência de subsídio direto ao consumo. Na verdade, foi

QUADRO 1.- Área, Produção e Rendimento Médio de Trigo, Brasil, Média Anual dos Quinqüênios de 1960/64 a 1980/84

Quinqüênio	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1960/64	886.760	599.794	677
1965/69	938.347	811.841	866
1970/74	2.158.934	1.945.673	901
1975/79	3.253.293	2.537.523	780
1980/84	2.297.042	2.163.340	942

Fonte: Ministério da Agricultura e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

recomendado o controle dos preços tanto do produto importado como do nacional e depois, numa outra etapa, sem subsídios, o mercado deveria ser liberado. Passados mais de vinte anos da publicação do trabalho, verifica-se que está-se ensaiando a implementação do que seria a parte complementar da proposta, ou seja, a eliminação do subsídio.

Ocorre que essa iniciativa se dá exatamente em meio a uma crise econômica. Com o agravamento da crise a partir de 1979/80, seja pelo problema do dispêndio de divisas ou do subsídio que estaria alimentando o processo inflacionário, a questão do trigo vem novamente a se destacar, merecendo a atenção das autoridades responsáveis pela política econômica. Os esforços no sentido da retirada do subsídio, iniciaram-se a partir de agosto de 1980, através de sucessivos aumentos, em intervalos irregulares, nos preços pagos pelos moinhos. De 1960 em diante, o consumo per capita de trigo vinha aumentando. No quinquênio 1961/65, era de 30,24kg/hab.; em 1966/70, de 33,93kg/hab.; em 1971/75, de 36,98kg/hab.; em 1976/80 de 48,99kg/hab.; e no quadriênio 1981/84 de 47,41kg/hab. Essa tendência de leve redução de consumo já pode estar refletindo a política de retirada gradual do subsídio. Ao mesmo tempo, verifica-se que está ocorrendo uma crise de abastecimento de uma maneira geral. HOMEM DE MELO (6) mostrou que alguns dos principais produtos de abastecimento interno vêm se expandindo a taxas inferiores ao crescimento populacional, cerca de 2,5% a.a. na década de 70, conforme quadro 2.

QUADRO 2.- Taxas de Crescimento da Produção de Alguns Produtos, Brasil, 1960/69, 1967/76 e 1970/79
(em percentagem)

Produto	1960/69	1967/76	1970/79
Feijão	5,37	-1,93	-1,90
Arroz	3,20	-2,47	1,46
Mandioca	6,05	-1,86	-2,09
Milho	4,74	3,55	1,75

Fonte: HOMEM DE MELO (6).

Cotejando esses dados com os de consumo per capita de trigo, pode-se inferir que está havendo substituição parcial desses produtos por trigo, se bem que, como foi visto, no quadriênio 1981/84 o consumo foi menor que no quinquênio 1976/80; portanto, com a retirada do subsídio o processo de substituição pode se reverter, condicionado à maior oferta de produtos tradicionalmente cultivados no País.

Conforme JUNQUEIRA & JUNQUEIRA (8), embora o mercado consumidor de trigo tenha se restringido no período 1980 a 1982, em função da retirada gradual do subsídio, verifica-se que os preços dos produtos alternativos cresceram mais que os de trigo e produtos derivados; portanto, deve estar ocorrendo uma redução do consumo de alimentos.

Verifica-se, atualmente, uma situação de impasse no que se refere ao abastecimento da população. Por um lado, a oferta per capita dos alimentos tradicionalmente produzidos no País vem se reduzindo e, por outro lado, existe uma pressão para se reduzir as importações de trigo tendo em vista o dispêndio de divisas e a pressão inflacionária, medidas reforçadas por uma idéia mais ou menos difundida de que um dos entraves à expansão da produção de alimentos é o subsídio ao consumo do trigo.

Segundo BARROS e GRAHAM (1), em trabalho publicado em 1978, embora a produção agrícola tenha apresentado taxas de crescimento mais elevadas no período recente, o crescimento da produtividade da terra se deu apenas para alguns produtos exportáveis, evidenciando a existência de pelo menos dois setores na agricultura, o de exportáveis e os de alimentação. E salientam, também, que a diferença de comportamento entre os dois tem como origem o maior retorno de investimento e a modernização do setor de exportáveis, face à maior liberdade de mercado, aos bons preços internacionais e ao maior esforço de pesquisa, fatores que juntos propiciam maior remuneração dos fatores de produção, viabilizando a expansão. Em contrapartida, os produtos domésticos têm seus preços controlados e o nível de utilização de insumos modernos é muito baixo, em função dos altos preços determinados pela demanda por parte do setor de exportáveis, de forma que sua expansão é comprometida. Aqueles autores apontam como resultado a escassez física de produtos domésticos, a elevação de seus preços e o abastecimento via importações, ocorrendo concomitantemente.

A retirada gradual do subsídio ao trigo, em curso desde 1980, pode desempenhar um papel de correção parcial das distorções apontadas. Todavia, as evidências disponíveis fornecem a indicação de que o consumo de

alimentos estaria se reduzindo nos últimos anos, muito mais devido a distorções ligadas à ausência de políticas que viabilizassem o aumento da oferta dos produtos tradicionais, o que minimizaria o problema do trigo, que então poderia ser atacado de forma mais consistente, sem agravar as condições de abastecimento da população.

A necessidade de se considerar a questão do trigo dentro do contexto mais geral da questão da produção de alimentos básicos remete à discussão a seguir sobre as características da produção de alimentos no Brasil e os obstáculos à sua expansão.

2 - ALGUNS ASPECTOS DA OFERTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

O Brasil, que hoje utiliza tecnologias das mais avançadas nos setores secundários e terciários, convive com um setor agrícola apenas parcialmente moderno, notadamente nas atividades que têm como principal objetivo o mercado internacional. Por outro lado, aquelas atividades mais voltadas para a produção de alimentos pouco apresentaram de incorporação tecnológica quando comparadas às culturas de mercado externo. A propósito, HOMEM DE MELO (6), em 1983, analisando a questão da adoção de tecnologia, apresentou uma tabela onde consta o número de pesquisas publicadas por milhão de hectares cultivados para algumas culturas em cinco décadas, de 1930/39 a 1970/77, subdividida em quatro subgrupos, exportáveis, doméstico I, doméstico II e de importação (trigo). Os dados mostram que houve uma concentração de pesquisas no grupo de exportáveis ao longo de todo o período, fato que juntamente com a discriminação em termos de distribuição de crédito, conforme a ponta PINTO (14), em 1980, evidencia o tratamento diferenciado. Pode-se dizer que o resultado da estratégia política e econômica adotada se constituiu em um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico-social do País, dado que os alimentos têm peso significativo no custo de reprodução da força de trabalho. PÉLIANO et alii (13), em 1983, baseados em cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), colocaram que, em dezembro de 1965, a cesta básica de alimentos a ser consumida pelos trabalhadores que ganhavam um salário mínimo exigia 87,3 horas de trabalho por mês; já em outubro de 1983 eram necessárias 262,3 horas. Isso significa que a capacidade de compra de alimento por parte dos trabalhadores foi substancialmente reduzida nesse período.

OLIVEIRA(10), em 1977, abordou a questão do dualismo tecnológico, contrapondo-se a uma visão existente, agora já mais arrefecida, de que o dualismo se constituiria em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo. Na verdade, segundo aquele autor, a dualidade tecnológica, traduzida na existência de um setor moderno e um atrasado, devido à forma como vem se dando tardiamente o desenvolvimento capitalista no Brasil, é mais uma necessidade que um obstáculo, pois, na medida em que existe uma relação simbiótica entre esses dois setores, isto tem permitido a sobre-exploração da mão-de-obra rural, condição adequada ao objetivo de se fornecer alimentos aos trabalhadores urbanos a baixos preços, viabilizando a política de arrocho salarial e favorecendo a acumulação de capital no setor industrial e no segmento moderno da agricultura. A necessidade de divisas para o financiamento da modernização do parque industrial fez com que a agricultura de produtos exportáveis fosse aquinhoadada com um tratamento diferenciado, objetivando sua modernização e consequente elevação de produtividade, resultando em um setor agrícola moderno e outro atrasado. O primeiro tem sido chamado, de maneira geral, de agricultura de exportação e o segundo de agricultura de alimentos, de forma que a economia do País passa a conviver com um subsetor agrícola moderno e outro atrasado.

A economia brasileira começou a manifestar sinais de debilidade em meio à crise econômica mundial costumeiramente atribuída ao que se chamou de primeiro choque do petróleo em 1973. Segundo SILVA (19), 1983, "... a partir de 1974 a balança comercial esteve freqüente e fortemente deficitária, com exceção dos anos de 1977 e 1981". A deterioração das relações de troca impunha a necessidade de se exportar cada vez mais, estimulando a política de tratamento diferenciado à agricultura de exportação em detrimento da produção de alimentos, de tal forma que se chegou a um ponto em que o modelo se esgotou e o que OLIVEIRA (10) chamou de simbiose deixou de ser útil ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois não se consegue mais produzir alimentos nas condições necessárias à reprodução da força de trabalho, ou seja, a preços compatíveis com os salários dos trabalhadores.

RANGEL (15), em 1982, analisou o mesmo processo, só que ao invés da produção de alimentos enfatizou a questão da mão-de-obra. "As primeiras fazendas modernizadas apoiam-se no excedente de mão-de-obra das fazendas vizinhas, não modernizadas ainda, mas à medida que a modernização se generaliza, expulsando excedentes de população para lugares cada vez mais distantes, os efeitos da marcada sazonalidade da agricultura capitalista,

em seus estágios iniciais, se fazem sentir no tocante à oferta de mão-de-obra. A simbiose entre os dois latifúndios, o feudal, ou arcaico, e o capitalista, ou moderno, chega ao fim. O problema da mão-de-obra é um dos sintomas desse fato de indiscutível importância histórica".

A dualidade tecnológica é mais uma necessidade do sistema do que um entrave ao desenvolvimento econômico, notadamente nas economias em desenvolvimento, face à capacidade limitada do setor industrial em absorver excedentes de mão-de-obra e ao baixo nível de remuneração do trabalhador, que restringe seu poder de compra e cria a necessidade de fornecer alimentos a baixos preços para viabilizar pelo menos a reprodução da força de trabalho. Todavia, se esse dualismo foi funcional para o desenvolvimento industrial e para a expansão da agricultura de exportação por um determinado período, por outro lado gerou transformações na produção agrícola que vêm comprometendo o crescimento da produção de alimentos e conseqüentemente poderá trazer problemas para o próprio desenvolvimento industrial, dado que a alimentação encontra-se entre os principais itens de consumo do trabalhador. PAIVA (12), em 1949, colocou que a expansão da produção de alimentos está condicionada à elevação do preço desses produtos a níveis competitivos, de forma a tornarem-se culturas comerciais, a menos que ocorram mudanças nas condições econômicas da agricultura, principalmente as de ordem técnica, que permitam ganhos de produtividade. Mas já nessa ocasião o autor ressalta que essas mudanças na base técnica podem ocorrer tanto para produtos de alimentação como de exportação, alertando assim para a competição entre esses dois mercados, e que essas mudanças podem significar aumento de custos, elevando os preços ao consumidor, o que é incompatível com uma política de arrocho salarial. PAIVA (11), em 1968, apresentou a capacidade de consumo do mercado interno de produtos agrícolas e a capacidade do setor não agrícola de absorver mão-de-obra liberada pela agricultura entre os fatores que regulam a expansão da melhoria técnica do setor agrícola. Se não houver condições de transferências de excedentes de mão-de-obra para o setor não agrícola, a expansão do processo de adoção de novas tecnologias será sustada pela queda dos preços dos produtos e fatores e conseqüente desestímulo por parte dos agricultores. Da mesma forma, o baixo nível de renda do trabalhador, principal mercado para produtos ditos de alimentação, não permite o desenvolvimento da agricultura voltada para esses produtos, tornando-se um obstáculo à sua transformação em agricultura comercial competitiva.

GRAZIANO DA SILVA (4), em 1980, analisando dados do cadastro de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostrou que as pequenas propriedades, tanto em área como em valor da produção, são responsáveis por parte significativa da produção agrícola, notadamente a de gêneros alimentícios. Afirmou que os imóveis de menos de 100ha, representando mais de 80% dos cadastrados e com menos de um quinto da área total (17,5%) são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação, dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutícolas. Notou, também, que cerca de 80% da área colhida de alimentos básicos estão em imóveis sem assalariamento permanente, indicando, portanto, o caráter não capitalista desses imóveis, esclarecendo, todavia, que, em determinadas regiões, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a mão-de-obra pode não ser de assalariados permanentes, mas o processo de produção ser capitalista. Ainda segundo aquele autor, da área total cadastrada, 63% pertencem a imóveis com renda anual inferior a Cr\$ 12.000 (de 1971), responsáveis por mais de 60% das áreas de alimentos básicos, hortifrutícolas e extração vegetal e/ou florestal e mais de 40% da área colhida com produtos de transformação industrial. Esses imóveis são responsáveis por 66,2% da quantidade colhida de milho, e 71,8% da de feijão. Esse caráter disperso dessa produção, grande número de pequenas propriedades, seria um dos fatores impeditivos, segundo aquele autor, da chegada de eventuais estímulos de preços aos produtores, notadamente daqueles produtos de subsistência, uma vez que essa dispersão dá margem ao surgimento de grande número de intermediários. O autor constatou que a mão-de-obra familiar é predominante nas pequenas propriedades, naquelas de renda bruta anual inferior a Cr\$ 6.000 (de 1971), que representam 80% do total dos imóveis; essa categoria participa com 80% da mão-de-obra permanente, mostrando a baixa remuneração por pessoa ocupada. Entende-se essa colocação como um dos fatores impeditivos da modernização e expansão da produção desses gêneros. Entre os produtos estudados por aquele autor, o milho e o feijão são os mais representativos da situação descrita e os de mais (café, cana, arroz, algodão e trigo), embora também ocupem posição significativa nesse estrato de imóveis, até 100ha, apresentam características diferentes; nesse sentido aquele autor coloca que, embora as propriedades sejam relativamente pequenas, apresentam alto valor de produção. Assim, os imóveis do estrato superior (renda anual superior a Cr\$ 100.000) produzem 30% a 40% do café, arroz, algodão e trigo e representam apenas 2% a 4% dos imóveis produtores e, no caso da cana, 2,5% dos imóveis produtores possuem renda superior a Cr\$ 100.000 e são responsáveis por 70% da pro

dução. Quanto ao trigo especificamente, embora 48,8% de sua área colhida sejam provenientes de imóveis de área inferior a 100ha, 51,2% da quantidade colhida é oriunda de imóveis de valor anual da produção superior a Cr\$50.000 (de 1971); daí pode-se perceber que o triticultor é um agricultor diferenciado, via de regra sua atividade principal é a cultura de soja, já tendo, por tanto, domínio de técnicas modernas.

GRAZIANO DA SILVA (5), em 1981, indagando por que algumas culturas se modernizam e outras não, sugere que as inovações tecnológicas na agropecuária estariam recentemente se dando menos em função do destino - mercado interno ou externo - e mais em função de estar ou não articulado à agroindústria, que seria um fator mais dinâmico que o comportamento dos preços nos mercados internacionais, e cita como exemplos a indústria de alimentos, de rações, de óleos vegetais, usinas de açúcar e álcool, etc, chamando esses produtos de mercado interno.

A primeira vista, essa colocação parece conflitante com o constatado pelo mesmo autor em outro trabalho, anteriormente citado, onde verificou que o milho e o feijão são os produtos mais típicos das pequenas propriedades estratificadas tanto pela área como pela renda anual. E agora a indústria de ração, onde o milho tem uma participação elevada na composição das rações, é citada como pólo dinâmico. Acredita-se que essa aparente contradição é fruto de diferenças regionais e diferentes sistemas de produção. Em determinados Estados, principalmente os do Sul, onde o milho tem um segmento de mercado dinâmico e moderno, que é o da agroindústria de rações, esta teve seu crescimento acelerado na década de setenta, notadamente em função de mudanças no perfil da produção e de consumo de carnes no Brasil, principalmente de aves. A título de exemplo, a indústria paulista de rações consumiu em 1976 o equivalente a 42,0% da produção paulista de milho e, em 1980, este percentual foi de 73,0% conforme SILVA (22), o que demonstra a importância da agroindústria para este produto. Entretanto, mesmo sendo articulado a uma agroindústria moderna, o milho não perdeu o caráter de subsistência, mantendo baixo o nível de produtividade como média nacional - 1.296kg/ha, em 1961/65, e 1.766kg/ha, em 1980/84 - enquanto que a média mundial nos mesmos quinquênios foi de 2.174kg/ha e 3.293kg/ha respectivamente. Além de persistentemente abaixo da média mundial, cresceu apenas 36% entre os dois períodos, enquanto a média mundial evoluiu 51%.

Atualmente, no confronto entre o destino (mercado externo e interno) e a articulação agroindustrial de um produto como mecanismos estimuladores

da produção, é difícil estabelecer qual é o fator determinante. Além disso, há uma certa dificuldade em se concordar que o principal mercado dessas agroindústrias é o mercado interno. No caso das usinas de açúcar e álcool, até 1979, basicamente o principal produto era o açúcar, em cujo mercado, na década de setenta, as exportações correspondiam a cerca de 30% da produção. Com a queda progressiva das cotações internacionais na mesma década e o advento do PROÁLCOOL, o álcool passou a ter importância considerável, este sim destinado basicamente ao mercado interno, mas o dinamismo desta agroindústria se deve muito às condições privilegiadas da política do governo para esse produto, tendo em vista a substituição do petróleo. No caso da agroindústria de óleos, embora tenha ocasionado mudanças significativas no mercado interno desse produto, a soja praticamente substituiu as outras oleaginosas no processo de extração de óleo. Na década de setenta, o crescimento da produção nacional de soja foi de 25,9% ao ano; no Estado de São Paulo o crescimento foi de 30,6%, enquanto que as outras principais oleaginosas apresentaram taxas negativas a nível de Estado: algodão -3,7%, o amendoim -4,6% e a mamona -5,5% ao ano, SILVA (22). O que se quer colocar é que, mesmo tendo gerado todas essas transformações no mercado interno de óleos, o dinamismo desta agroindústria se deve principalmente ao mercado internacional do chamado complexo soja; este seria o fator indutor do dinamismo, mais que o mercado interno, cujas transformações foram decorrentes. Ainda segundo SILVA (21), de 1973 a 1981 as exportações de farelo cresceram 462,0%, as de óleo bruto 1.703,0% e a de óleo refinado 489,0%. De acordo com os dados dos Prognós-ticos Agrícolas (16, 17, 18) considerando-se apenas exportação de farelo e grãos, nos anos de 1980 e 1983, o volume exportado em equivalente - grão representou, em média, 80,0% da produção nacional de soja.

O que as pesquisas recentes sobre a agroindústria mostram é que os produtos agrícolas, articulados à agroindústria, que vêm apresentando aumento de produção considerável, são aqueles cujos produtos finais se destinam, na sua maior parte, ao mercado externo, caso da soja, ou que são beneficiados por políticas especiais, caso da cana. A mandioca está articulada à agroindústria; no entanto, sua área cultivada vem decrescendo nos últimos anos e o produto final, a farinha, se destina basicamente ao mercado interno dos estratos de renda mais baixas. O milho, ligado à agroindústria de ração, insumo para produção de carnes cujo consumo vem se reprimindo nos últimos anos em função da queda do poder aquisitivo da população, também não vem apresentando uma boa performance, tanto que uma das principais re

invidicações da agroindústria de rações é a melhora na distribuição da renda, SILVA (22).

Dessa forma, verifica-se que a agroindústria voltada predominantemente para o mercado interno encontra obstáculo ao seu crescimento nos baixos níveis de renda da população.

Parece inegável que a agroindústria vem se constituindo em pólo dinâmico indutor de transformações na agricultura, mas carrega consigo a dualidade referente ao destino de seus produtos, mercado externo ou interno, e no caso de agroindústria de alimentação de produtos mais elaborados, o mercado se restringe às camadas de renda mais alta, como cita JUNQUEIRA (7).

MULLER (9), em 1981, colocou que a agricultura brasileira já apresenta características marcadamente industriais, embora se verifiquem diferenças regionais no que diz respeito à homogeneidade da base técnica, mas suficientemente desenvolvida para permitir a sua análise através da categoria Complexo Agroindustrial (CAI). Nesse sentido, contrapõe-se à análise funcionalista, uma vez que essa unidade analítica desloca o enfoque principal para a conexão entre os vários setores da economia, tendo em vista a acumulação de capital, levando em conta os conflitos entre eles e dando relevância à participação do Estado, enquanto a análise funcionalista analisa os setores de forma estanque.

3 - CONCLUSÃO

A questão do fornecimento de alimentos na verdade não é nova, apenas está se agravando à medida que a produção interna está praticamente estagnada ou crescendo a taxas muito baixas nos últimos anos, paralelamente à deterioração do poder de compra do trabalhador. Segundo HOMEM DE MELO (6), "... as maiores importações de trigo efetuadas pelo Governo atuaram no sentido de aliviar a queda observada na produção e disponibilidade calórica e protéica, por habitantes, dos alimentos básicos - arroz, feijão, mandioca, milho e batata...", o que foi possível devido à facilidade em se importar trigo, relativamente às dificuldades de se obter maior produção interna de diversos alimentos a partir dos anos sessenta. Essa opção pela importação do trigo foi válida como recurso circunstancial no período em que as cotas internacionais eram favoráveis relativamente aos preços dos produtos produzidos internamente e a nossa produção de alimentos era insuficiente; a

têm do mais, de 1954 a 1970 uma parte das nossas importações de trigo era nos termos da PL 480, um programa de ajuda dos Estados Unidos (1). Paralelamente, os esforços para se aumentar a produção interna de alimentos foram insuficientes e a política de abastecimento interno amparada em crescentes níveis de importações de trigo continua até os dias de hoje, quando nossas reservas não têm mais poder de compra para as importações do produto resultando em pressões, inclusive externas, para que se retirem os subsídios à agricultura de modo geral e ao consumo do trigo. Não poderia haver momento mais inoportuno para a retirada do subsídio ao consumo do trigo, tendo em vista os indícios de que está havendo redução no consumo de alimentos. Não que se esteja defendendo a manutenção do subsídio por tempo indeterminado, mas que pelo menos dever-se-ia primeiro aumentar a produção e viabilizar a distribuição dos alimentos tradicionais a preços compatíveis com os níveis de salários ainda prevalecentes e depois rever a política de trigo, ou no mínimo que haja concomitância. Ao contrário, o que se está presenciando é a retirada do subsídio ao consumo do trigo, juntamente com a dos subsídios à agricultura de uma maneira geral (20).

A idéia básica que se quer colocar é a de que a questão do trigo não pode ser solucionada isoladamente, simplesmente se retirando o subsídio ao consumo, o que pode até agravar a situação do abastecimento. Esse mecanismo de subsídio, como se viu anteriormente, foi criado justamente para completar o abastecimento, que os produtos tradicionais não estavam atendendo satisfatoriamente.

Ao longo dos últimos vinte anos, a situação do abastecimento foi se agravando e insistiu-se na importação de trigo como solução alternativa, de forma que não se pode corrigir uma situação criada num período tão extenso apenas retirando o subsídio, pois a medida que a situação da produção interna de alimentos se agravava o subsídio aparece como um mal cada vez mais necessário. O aumento do consumo de trigo não foi simplesmente um reflexo da escassez de alimentos produzidos internamente, foi fruto de uma determinação política, pois, se não houvesse subsídio, muito provavelmente o consumo não teria chegado aos níveis atuais. Portanto, a reversão do processo

(1) PL 480: Lei aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1954 que regula a venda de excedentes agrícolas para Nações com déficits alimentares, doações, ajudas urgentes, etc - ver George, Susan (3).

passa antes pela maior oferta dos produtos básicos a preços compatíveis com a renda dos consumidores, criando-se assim as condições necessárias para que a retirada do subsídio se faça sem maiores prejuízos para os consumidores.

Nesse sentido, da discussão entre estudiosos da questão da oferta de alimentos citados nesse trabalho, verifica-se que a baixa remuneração por pessoa ocupada na agricultura se traduz em obstáculo à expansão da produção de alimentos. Constata-se, também que a articulação com a agroindústria não elimina a questão da polaridade entre mercado externo e interno, pelo contrário, aquelas agoindústrias voltadas mais para o mercado externo são as que mais vêm se desenvolvendo, enquanto que, para as dirigidas ao mercado interno, a baixa renda do consumidor vem se traduzindo em problema para seu desenvolvimento.

Assim, evidencia-se, em pelo menos dois momentos, a questão da renda como entrave à expansão da oferta de alimentos, no início do processo inviabilizando a produção agrícola, e no final, não havendo renda suficiente para o consumo, ou não estando apropriadamente distribuída.

LITERATURA CITADA

1. BARROS, José R.M. de & GRAHAM, Douglas H. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(3):695-725, dez. 1978.
2. FREITAS, Luiz M. de & DELFIM NETTO, Antonio. O trigo no Brasil. São Paulo, Associação Comercial, 1960. 175p. (Instituto de Economia Gastão Vidigal - Estudos Especiais)
3. GEORGE, Susan. O mercado da fome. Trad. de Eneida C. de Araújo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 306p. (Coleção O Mundo Hoje, 27)
4. GRAZIANO DA SILVA, José, coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1980. 240p.
5. _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981. 210p. (Coleção Economia & Planejamento - Série Teses e Pesquisas)
6. HOMEM DE MELO, Fernando B. Produção e disponibilidade de alimentos no Brasil. In: _____. O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 226p. (Coleção Estudos Brasileiros, 65)
7. JUNQUEIRA, José R.C.M. Política econômica e agricultura. Reforma Agrária, Campinas, 10(4/5):4-24, jul./out. 1980.
8. _____ & JUNQUEIRA, Maria E.B. Moagem e beneficiamento de café, trigo e cereais. In: CAMPINAS. Universidade Estadual. Pesquisa: as condições de operação da agroindústria paulista. Campinas, 1984. 54p. (mimeo)

9. MULLER, Geraldo. O complexo agroindustrial brasileiro.
s.l.p., s.c.p., 1981. 114p. (mimeo)
10. OLIVEIRA, Francisco de A. A economia brasileira: crítica à
razão dualista. In: CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANE-
JAMENTO - CEBRAP. Questionando a economia brasileira.
3.ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977. p.05-78.
(Seleções CEBRAP, 1)
11. PAIVA, Ruy M. O mecanismo de autocontrole no processo de
expansão da melhoria técnica da agricultura. Revista Bra-
sileira de Economia, Rio de Janeiro, 22(3):5-38, set. 1968.
12. _____. O problema dos alimentos. São Paulo, Secretaria
de Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1949.
13. PELIANO, Anna M.M. et alii. O problema alimentar brasileiro:
situação atual, perspectivas e proposta de políticas. Rio
de Janeiro, IPEA, 1983. 20p. (Documento de Trabalho, 11)
mimeo.
14. PINTO, Luiz C.G. Os benefícios do crédito rural e de assistên-
cia técnica à agricultura. Reforma Agrária, São Paulo,
- 10(4/5):25-64, jul./out. 1980.
15. RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento. Rio de
Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 172p. (Coleção
Retratos do Brasil, 158)
16. ROCHA, Maria B. Mercado de produtos: oleaginosas - soja.
Prognóstico 82/83, São Paulo, 11:144-146, 1982.
17. _____. _____. Prognóstico 83/84, São Paulo, 12:132-133,
1983.
18. _____. _____. Prognóstico 84/85, São Paulo, 13L125-
127, 1984.

19. SILVA, Cesar R.L. da. A crise energética e o PROÁLCOOL: algumas considerações. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1983. 18p. (Relatório de Pesquisa, 11/83)

20. _____ et alii. Política agrícola. Prognóstico 84/85, São Paulo, 13:201-227, 1984.

21. SILVA, Gabriel L.S.P. da. Effects of research and extension on agricultural growth and equity in Brazil. s.n.t. Trabalho apresentado na XVIII International Conference of Agricultural Economists, Jakarta, 1982. 19p. (mimeo)

22. SILVA, José R. da. Rações balanceadas e óleos vegetais. In: CAMPINAS. Universidade Estadual. Pesquisa: as condições de operação da agroindústria paulista. Campinas, 1984. 37p. (mimeo)

23. VEIGA F9, Alceu de A. et alii. Política agrícola. Prognóstico 82/83, São Paulo, 11:229-254, 1982.

24. _____ et alii. Política agrícola. Prognóstico 83/84, São Paulo, 12:205-240, 1983.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro

Arthur Antonio Ghilardi

Flavio Condé de Carvalho

José Luis Teixeira Marques Vieira

Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266



Relatório de Pesquisa
Nº 14/86

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

013 0087

1111110000

IEA# 501

TOYOKO KIYOTA
IEA - SBD

OFERTA DE ALIMENTOS NO BRASIL E A QUESTÃO DO TRIGO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

José Roberto da Silva

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



ERRATA

Relatório de Pesquisa nº 13/86

VARIAÇÕES DO TEMPO E DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA: PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE E SUA APLICAÇÃO PARA A CULTURA DO CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Gabriel L.S.P. da Silva; José R. Vicente; Denise V. Caser

	Onde está	Leia-se
Pág. 16, 2º §, 8ª Linha	1%	10%
Pág. 17, 2º §, 3ª Linha	1%	5%

O quadro 2, página 18, deve ser substituído pelo que se encontra no verso desta errata.

QUADRO 2. - Equações com Deficiências Hídricas em Diversos Períodos, Tendências, Geadas e Rendimento do Ano Anterior como Variáveis Explicativas do Rendimento do Café, Estado de São Paulo, 1956-84 (1)

Variáveis explicativas	Modelos de previsão				
	Mai-Dez	Mai-Fev	Jan-Set	Mar-Fev	Jan-Set (A)
Def. hídrica em jan. t-1			-0,041 (0,56)		
Def. hídrica em fev. t-1			0,005 (0,01)		
Def. hídrica em mar. t-1			0,091 (4,69)***	0,105 (9,08)****	
Def. hídrica em abr. t-1			0,071 (6,96)***	0,061 (5,66)***	
Def. hídrica em mai. t-1	-0,060 (4,04)**	-0,072 (6,73)***	-0,114 (16,61)****	-0,117 (26,80)****	
Def. hídrica em jun. t-1	-0,069 (3,00)*	-0,074 (4,14)***	-0,115 (8,36)***	-0,119 (14,82)****	
Def. hídrica em jul. t-1	0,006 (0,03)	0,011 (0,14)	0,044 (2,40)*	0,062 (6,99)***	
Def. hídrica em ago. t-1	-0,012 (0,36)	-0,009 (0,21)	-0,005 (0,09)	-0,011 (0,55)	
Def. hídrica em set. t-1	-0,014 (0,74)	-0,026 (3,02)*	-0,027 (4,03)**	-0,030 (6,38)***	
Def. hídrica em out. t-1	0,021 (0,37)	0,024 (0,59)			
Def. hídrica em nov. t-1	-0,028 (0,32)	-0,060 (1,61)		-0,066 (3,03)*	
Def. hídrica em dez. t-1	0,006 (0,01)	0,040 (0,49)		-0,016 (0,12)	
Def. hídrica em jan. t		0,002 (0,00)		-0,012 (0,05)	
Def. hídrica em fev. t		-0,161 (6,48)***		-0,114 (4,92)***	
Def. hídrica de jan. t-1 a set. t-1					-0,016 (14,23)****
Rendimento em t-1	-0,169 (1,40)	-0,206 (2,80)*	-0,028 (0,06)	-0,101 (1,03)	-0,086 (0,44)
Tendência 1956-71	0,622 (27,94)****	0,720 (38,60)****	0,595 (34,49)****	0,668 (48,06)****	0,527 (23,88)****
Tendência 1972-84	-0,461 (11,12)****	-0,390 (10,76)****	-0,447 (14,55)****	-0,445 (19,85)****	-0,316 (7,54)***
Geadas em t-1	-2,963 (5,76)***	-3,922 (9,36)****	-1,955 (3,69)**	-2,598 (5,97)***	-3,777 (13,91)****
Constante	-25,886	-30,596	-26,353	-29,271	-20,675
R ² (%)	81,7	87,0	88,2	93,0	71,5
F	5,94****	6,69****	8,61****	11,47****	11,55****

(1) Os valores entre parenteses são da estatística F. Níveis de significância: (*) 20%, (**) 10%, (***) 5% e (****) 1%.

OFERTA DE ALIMENTOS NO BRASIL E A QUESTÃO DO TRIGO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

José Roberto da Silva

INDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - ALGUNS ASPECTOS DA OFERTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	6
3 - CONCLUSÃO.....	12
LITERATURA CITADA.....	15

José Roberto da Silva

1 - INTRODUÇÃO

Entre os cinco principais produtos de abastecimento interno, o trigo se destaca por ser o único cujo suprimento é proveniente de importação, que representa, atualmente, cerca de dois terços do consumo nacional de aproximadamente 6,0 milhões de toneladas.

Dos produtos de abastecimento interno, o trigo é o único que apresenta uma política específica a nível nacional, a exemplo do que ocorre com alguns produtos de exportação, como é o caso da cana-de-açúcar através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do cacau pela Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e do café pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), contando com a atuação de vários órgãos de apoio. Em 1962 foi criada a Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), órgão do Banco do Brasil S.A., que se transformou posteriormente em Departamento de Comercialização do Trigo Nacional, mantendo a mesma sigla. O CTRIN é responsável por toda a aquisição do trigo nacional, é o agente financeiro e fiscal no que diz respeito à movimentação das safras e distribuição aos moinhos e também à distribuição e venda do trigo importado. A operacionalização da importação cabe ao Departamento do Trigo (DTRIG), da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). O sistema de comercialização vigente foi consolidado pelo Decreto-Lei nº 210, de 27/02/67.

FREITAS & DELFIM NETTO (2), em trabalho publicado em 1960, afirmaram que o sistema de comercialização do trigo foi concebido em função da "necessidade de se conciliar objetivos contraditórios como sejam: remuneração e levada para o produtor e preços baixos para o consumidor final". O estudo apresenta um histórico da política tritícola brasileira, analisando com mais ênfase a década de 50, quando a estatização do setor era quase total, faltando-lhe, então, apenas o controle físico da mercadoria. Na ocasião, o subsídio já existia mas era de natureza diferente do que se verifica hoje. Basicamente a produção nacional era subsidiada pelo saldo obtido pelo Banco do Brasil na operação de venda aos moinhos do trigo importado, pois o moinho paga

va um preço médio superior ao que o Banco do Brasil pagava pela importação e inferior ao que o produtor nacional recebia. Atualmente, tanto o trigo nacional como o importado são subsidiados através de recursos do Tesouro e o consumo é cerca de três vezes superior ao verificado por volta de 1960, mas o suprimento se dá basicamente nas mesmas proporções verificadas na década de 50: 65% a 70% através de importação e 30% a 35% pela produção nacional, que aumentou ao longo do período em função da expansão de área, sem variações significativas na produtividade (quadro 1). SILVA (21), ao analisar a cultura do trigo no que se refere a número de pesquisas realizadas, verificou que, dos dez quinquênios observados no período 1930/34 a 1975/79, só o último apresentou um volume de pesquisas relativamente significativo. Mesmo assim, os resultados teriam sido positivos e responsáveis por algumas mudanças na produtividade nos anos sessenta, mas não numa magnitude suficiente para imprimir o crescimento sustentado à cultura. Acrescenta-se que via de regra os resultados de pesquisas, notadamente na área de genética, na criação de variedades, demandam tempo. Assim, considerando-se que só no quinquênio de 1975/79 houve um esforço mais significativo da pesquisa, é prematura uma avaliação mais precisa.

Dessa forma, a produção cresceu a taxas inferiores ao consumo, resultando em elevação dos volumes importados; no período de 1970 a 1984 a produção nacional de trigo cresceu à taxa de 2,1% ao ano, o consumo per capita 3,1%, enquanto as importações cresceram 7,4%.

Em suma, em termos de atendimento da demanda, a situação pouco se alterou ao longo do período posterior à década de 50; o que mudou foi a fonte dos recursos, pois atualmente o trigo é adquirido pelo moinho por um preço inferior aos preços do importado e ao preço recebido pelo produtor nacional e o Estado assume a diferença. No período anterior a 1962, o Estado vendia para os moinhos o trigo importado com uma margem de lucro que era destinada a subsidiar a produção nacional, o que foi possível enquanto as condições de preços no mercado internacional eram favoráveis, de forma que o subsídio era basicamente à produção.

Verifica-se que as recomendações propostas por FREITAS & DELFIM NETTO (2) foram parcialmente aceitas e implementadas, estando em vigor desde 1962 com a criação do CTRIN. Basicamente, as diferenças entre o que foi recomendado e o implementado dizem respeito à existência do controle dos preços pelo Governo, tanto do trigo importado quanto do produzido internamente e à existência de subsídio direto ao consumo. Na verdade, foi

QUADRO 1.- Área, Produção e Rendimento Médio de Trigo, Brasil, Média Anual dos Quinqüênios de 1960/64 a 1980/84

Quinqüênio	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1960/64	886.760	599.794	677
1965/69	938.347	811.841	866
1970/74	2.158.934	1.945.673	901
1975/79	3.253.293	2.537.523	780
1980/84	2.297.042	2.163.340	942

Fonte: Ministério da Agricultura e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

recomendado o controle dos preços tanto do produto importado como do nacional e depois, numa outra etapa, sem subsídios, o mercado deveria ser liberado. Passados mais de vinte anos da publicação do trabalho, verifica-se que está-se ensaiando a implementação do que seria a parte complementar da proposta, ou seja, a eliminação do subsídio.

Ocorre que essa iniciativa se dá exatamente em meio a uma crise econômica. Com o agravamento da crise a partir de 1979/80, seja pelo problema do dispêndio de divisas ou do subsídio que estaria alimentando o processo inflacionário, a questão do trigo vem novamente a se destacar, merecendo a atenção das autoridades responsáveis pela política econômica. Os esforços no sentido da retirada do subsídio, iniciaram-se a partir de agosto de 1980, através de sucessivos aumentos, em intervalos irregulares, nos preços pagos pelos moinhos. De 1960 em diante, o consumo per capita de trigo vinha aumentando. No quinquênio 1961/65, era de 30,24kg/hab.; em 1966/70, de 33,93kg/hab.; em 1971/75, de 36,98kg/hab.; em 1976/80 de 48,99kg/hab.; e no quadriênio 1981/84 de 47,41kg/hab. Essa tendência de leve redução de consumo já pode estar refletindo a política de retirada gradual do subsídio. Ao mesmo tempo, verifica-se que está ocorrendo uma crise de abastecimento de uma maneira geral. HOMEM DE MELO (6) mostrou que alguns dos principais produtos de abastecimento interno vêm se expandindo a taxas inferiores ao crescimento populacional, cerca de 2,5% a.a. na década de 70, conforme quadro 2.

QUADRO 2.- Taxas de Crescimento da Produção de Alguns Produtos, Brasil, 1960/69, 1967/76 e 1970/79
(em percentagem)

Produto	1960/69	1967/76	1970/79
Feijão	5,37	-1,93	-1,90
Arroz	3,20	-2,47	1,46
Mandioca	6,05	-1,86	-2,09
Milho	4,74	3,55	1,75

Fonte: HOMEM DE MELO (6).

Cotejando esses dados com os de consumo per capita de trigo, pode-se inferir que está havendo substituição parcial desses produtos por trigo, se bem que, como foi visto, no quadriênio 1981/84 o consumo foi menor que no quinquênio 1976/80; portanto, com a retirada do subsídio o processo de substituição pode se reverter, condicionado à maior oferta de produtos tradicionalmente cultivados no País.

Conforme JUNQUEIRA & JUNQUEIRA (8), embora o mercado consumidor de trigo tenha se restringido no período 1980 a 1982, em função da retirada gradual do subsídio, verifica-se que os preços dos produtos alternativos cresceram mais que os de trigo e produtos derivados; portanto, deve estar ocorrendo uma redução do consumo de alimentos.

Verifica-se, atualmente, uma situação de impasse no que se refere ao abastecimento da população. Por um lado, a oferta per capita dos alimentos tradicionalmente produzidos no País vem se reduzindo e, por outro lado, existe uma pressão para se reduzir as importações de trigo tendo em vista o dispêndio de divisas e a pressão inflacionária, medidas reforçadas por uma idéia mais ou menos difundida de que um dos entraves à expansão da produção de alimentos é o subsídio ao consumo do trigo.

Segundo BARROS e GRAHAM (1), em trabalho publicado em 1978, embora a produção agrícola tenha apresentado taxas de crescimento mais elevadas no período recente, o crescimento da produtividade da terra se deu apenas para alguns produtos exportáveis, evidenciando a existência de pelo menos dois setores na agricultura, o de exportáveis e os de alimentação. E salientam, também, que a diferença de comportamento entre os dois tem como origem o maior retorno de investimento e a modernização do setor de exportáveis, face à maior liberdade de mercado, aos bons preços internacionais e ao maior esforço de pesquisa, fatores que juntos propiciam maior remuneração dos fatores de produção, viabilizando a expansão. Em contrapartida, os produtos domésticos têm seus preços controlados e o nível de utilização de insumos modernos é muito baixo, em função dos altos preços determinados pela demanda por parte do setor de exportáveis, de forma que sua expansão é comprometida. Aqueles autores apontam como resultado a escassez física de produtos domésticos, a elevação de seus preços e o abastecimento via importações, ocorrendo concomitantemente.

A retirada gradual do subsídio ao trigo, em curso desde 1980, pode desempenhar um papel de correção parcial das distorções apontadas. Todavia, as evidências disponíveis fornecem a indicação de que o consumo de

alimentos estaria se reduzindo nos últimos anos, muito mais devido a distorções ligadas à ausência de políticas que viabilizassem o aumento da oferta dos produtos tradicionais, o que minimizaria o problema do trigo, que então poderia ser atacado de forma mais consistente, sem agravar as condições de abastecimento da população.

A necessidade de se considerar a questão do trigo dentro do contexto mais geral da questão da produção de alimentos básicos remete à discussão a seguir sobre as características da produção de alimentos no Brasil e os obstáculos à sua expansão.

2 - ALGUNS ASPECTOS DA OFERTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

O Brasil, que hoje utiliza tecnologias das mais avançadas nos setores secundários e terciários, convive com um setor agrícola apenas parcialmente moderno, notadamente nas atividades que têm como principal objetivo o mercado internacional. Por outro lado, aquelas atividades mais voltadas para a produção de alimentos pouco apresentaram de incorporação tecnológica quando comparadas às culturas de mercado externo. A propósito, HOMEM DE MELO (6), em 1983, analisando a questão da adoção de tecnologia, apresentou uma tabela onde consta o número de pesquisas publicadas por milhão de hectares cultivados para algumas culturas em cinco décadas, de 1930/39 a 1970/77, subdividida em quatro subgrupos, exportáveis, doméstico I, doméstico II e de importação (trigo). Os dados mostram que houve uma concentração de pesquisas no grupo de exportáveis ao longo de todo o período, fato que juntamente com a discriminação em termos de distribuição de crédito, conforme a ponta PINTO (14), em 1980, evidencia o tratamento diferenciado. Pode-se dizer que o resultado da estratégia política e econômica adotada se constituiu em um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico-social do País, dado que os alimentos têm peso significativo no custo de reprodução da força de trabalho. PÉLIANO et alii (13), em 1983, baseados em cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), colocaram que, em dezembro de 1965, a cesta básica de alimentos a ser consumida pelos trabalhadores que ganhavam um salário mínimo exigia 87,3 horas de trabalho por mês; já em outubro de 1983 eram necessárias 262,3 horas. Isso significa que a capacidade de compra de alimento por parte dos trabalhadores foi substancialmente reduzida nesse período.

OLIVEIRA(10), em 1977, abordou a questão do dualismo tecnológico, contrapondo-se a uma visão existente, agora já mais arrefecida, de que o dualismo se constituiria em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo. Na verdade, segundo aquele autor, a dualidade tecnológica, traduzida na existência de um setor moderno e um atrasado, devido à forma como vem se dando tardiamente o desenvolvimento capitalista no Brasil, é mais uma necessidade que um obstáculo, pois, na medida em que existe uma relação simbiótica entre esses dois setores, isto tem permitido a sobre-exploração da mão-de-obra rural, condição adequada ao objetivo de se fornecer alimentos aos trabalhadores urbanos a baixos preços, viabilizando a política de arrocho salarial e favorecendo a acumulação de capital no setor industrial e no segmento moderno da agricultura. A necessidade de divisas para o financiamento da modernização do parque industrial fez com que a agricultura de produtos exportáveis fosse aquinhoadada com um tratamento diferenciado, objetivando sua modernização e consequente elevação de produtividade, resultando em um setor agrícola moderno e outro atrasado. O primeiro tem sido chamado, de maneira geral, de agricultura de exportação e o segundo de agricultura de alimentos, de forma que a economia do País passa a conviver com um subsetor agrícola moderno e outro atrasado.

A economia brasileira começou a manifestar sinais de debilidade em meio à crise econômica mundial costumeiramente atribuída ao que se chamou de primeiro choque do petróleo em 1973. Segundo SILVA (19), 1983, "... a partir de 1974 a balança comercial esteve freqüente e fortemente deficitária, com exceção dos anos de 1977 e 1981". A deterioração das relações de troca impunha a necessidade de se exportar cada vez mais, estimulando a política de tratamento diferenciado à agricultura de exportação em detrimento da produção de alimentos, de tal forma que se chegou a um ponto em que o modelo se esgotou e o que OLIVEIRA (10) chamou de simbiose deixou de ser útil ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois não se consegue mais produzir alimentos nas condições necessárias à reprodução da força de trabalho, ou seja, a preços compatíveis com os salários dos trabalhadores.

RANGEL (15), em 1982, analisou o mesmo processo, só que ao invés da produção de alimentos enfatizou a questão da mão-de-obra. "As primeiras fazendas modernizadas apoiam-se no excedente de mão-de-obra das fazendas vizinhas, não modernizadas ainda, mas à medida que a modernização se generaliza, expulsando excedentes de população para lugares cada vez mais distantes, os efeitos da marcada sazonalidade da agricultura capitalista,

em seus estágios iniciais, se fazem sentir no tocante à oferta de mão-de-obra. A simbiose entre os dois latifúndios, o feudal, ou arcaico, e o capitalista, ou moderno, chega ao fim. O problema da mão-de-obra é um dos sintomas desse fato de indiscutível importância histórica".

A dualidade tecnológica é mais uma necessidade do sistema do que um entrave ao desenvolvimento econômico, notadamente nas economias em desenvolvimento, face à capacidade limitada do setor industrial em absorver excedentes de mão-de-obra e ao baixo nível de remuneração do trabalhador, que restringe seu poder de compra e cria a necessidade de fornecer alimentos a baixos preços para viabilizar pelo menos a reprodução da força de trabalho. Todavia, se esse dualismo foi funcional para o desenvolvimento industrial e para a expansão da agricultura de exportação por um determinado período, por outro lado gerou transformações na produção agrícola que vêm comprometendo o crescimento da produção de alimentos e conseqüentemente poderá trazer problemas para o próprio desenvolvimento industrial, dado que a alimentação encontra-se entre os principais itens de consumo do trabalhador. PAIVA (12), em 1949, colocou que a expansão da produção de alimentos está condicionada à elevação do preço desses produtos a níveis competitivos, de forma a tornarem-se culturas comerciais, a menos que ocorram mudanças nas condições econômicas da agricultura, principalmente as de ordem técnica, que permitam ganhos de produtividade. Mas já nessa ocasião o autor ressalta que essas mudanças na base técnica podem ocorrer tanto para produtos de alimentação como de exportação, alertando assim para a competição entre esses dois mercados, e que essas mudanças podem significar aumento de custos, elevando os preços ao consumidor, o que é incompatível com uma política de arrocho salarial. PAIVA (11), em 1968, apresentou a capacidade de consumo do mercado interno de produtos agrícolas e a capacidade do setor não agrícola de absorver mão-de-obra liberada pela agricultura entre os fatores que regulam a expansão da melhoria técnica do setor agrícola. Se não houver condições de transferências de excedentes de mão-de-obra para o setor não agrícola, a expansão do processo de adoção de novas tecnologias será sustada pela queda dos preços dos produtos e fatores e conseqüente desestímulo por parte dos agricultores. Da mesma forma, o baixo nível de renda do trabalhador, principal mercado para produtos ditos de alimentação, não permite o desenvolvimento da agricultura voltada para esses produtos, tornando-se um obstáculo à sua transformação em agricultura comercial competitiva.

GRAZIANO DA SILVA (4), em 1980, analisando dados do cadastro de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostrou que as pequenas propriedades, tanto em área como em valor da produção, são responsáveis por parte significativa da produção agrícola, notadamente a de gêneros alimentícios. Afirmou que os imóveis de menos de 100ha, representando mais de 80% dos cadastrados e com menos de um quinto da área total (17,5%) são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação, dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutícolas. Notou, também, que cerca de 80% da área colhida de alimentos básicos estão em imóveis sem assalariamento permanente, indicando, portanto, o caráter não capitalista desses imóveis, esclarecendo, todavia, que, em determinadas regiões, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a mão-de-obra pode não ser de assalariados permanentes, mas o processo de produção ser capitalista. Ainda segundo aquele autor, da área total cadastrada, 63% pertencem a imóveis com renda anual inferior a Cr\$ 12.000 (de 1971), responsáveis por mais de 60% das áreas de alimentos básicos, hortifrutícolas e extração vegetal e/ou florestal e mais de 40% da área colhida com produtos de transformação industrial. Esses imóveis são responsáveis por 66,2% da quantidade colhida de milho, e 71,8% da de feijão. Esse caráter disperso dessa produção, grande número de pequenas propriedades, seria um dos fatores impeditivos, segundo aquele autor, da chegada de eventuais estímulos de preços aos produtores, notadamente daqueles produtos de subsistência, uma vez que essa dispersão dá margem ao surgimento de grande número de intermediários. O autor constatou que a mão-de-obra familiar é predominante nas pequenas propriedades, naquelas de renda bruta anual inferior a Cr\$ 6.000 (de 1971), que representam 80% do total dos imóveis; essa categoria participa com 80% da mão-de-obra permanente, mostrando a baixa remuneração por pessoa ocupada. Entende-se essa colocação como um dos fatores impeditivos da modernização e expansão da produção desses gêneros. Entre os produtos estudados por aquele autor, o milho e o feijão são os mais representativos da situação descrita e os de mais (café, cana, arroz, algodão e trigo), embora também ocupem posição significativa nesse estrato de imóveis, até 100ha, apresentam características diferentes; nesse sentido aquele autor coloca que, embora as propriedades sejam relativamente pequenas, apresentam alto valor de produção. Assim, os imóveis do estrato superior (renda anual superior a Cr\$ 100.000) produzem 30% a 40% do café, arroz, algodão e trigo e representam apenas 2% a 4% dos imóveis produtores e, no caso da cana, 2,5% dos imóveis produtores possuem renda superior a Cr\$ 100.000 e são responsáveis por 70% da pro

dução. Quanto ao trigo especificamente, embora 48,8% de sua área colhida sejam provenientes de imóveis de área inferior a 100ha, 51,2% da quantidade colhida é oriunda de imóveis de valor anual da produção superior a Cr\$50.000 (de 1971); daí pode-se perceber que o triticultor é um agricultor diferenciado, via de regra sua atividade principal é a cultura de soja, já tendo, por tanto, domínio de técnicas modernas.

GRAZIANO DA SILVA (5), em 1981, indagando por que algumas culturas se modernizam e outras não, sugere que as inovações tecnológicas na agropecuária estariam recentemente se dando menos em função do destino - mercado interno ou externo - e mais em função de estar ou não articulado à agroindústria, que seria um fator mais dinâmico que o comportamento dos preços nos mercados internacionais, e cita como exemplos a indústria de alimentos, de rações, de óleos vegetais, usinas de açúcar e álcool, etc, chamando esses produtos de mercado interno.

A primeira vista, essa colocação parece conflitante com o constatado pelo mesmo autor em outro trabalho, anteriormente citado, onde verificou que o milho e o feijão são os produtos mais típicos das pequenas propriedades estratificadas tanto pela área como pela renda anual. E agora a indústria de ração, onde o milho tem uma participação elevada na composição das rações, é citada como pólo dinâmico. Acredita-se que essa aparente contradição é fruto de diferenças regionais e diferentes sistemas de produção. Em determinados Estados, principalmente os do Sul, onde o milho tem um segmento de mercado dinâmico e moderno, que é o da agroindústria de rações, esta teve seu crescimento acelerado na década de setenta, notadamente em função de mudanças no perfil da produção e de consumo de carnes no Brasil, principalmente de aves. A título de exemplo, a indústria paulista de rações consumiu em 1976 o equivalente a 42,0% da produção paulista de milho e, em 1980, este percentual foi de 73,0% conforme SILVA (22), o que demonstra a importância da agroindústria para este produto. Entretanto, mesmo sendo articulado a uma agroindústria moderna, o milho não perdeu o caráter de subsistência, mantendo baixo o nível de produtividade como média nacional - 1.296kg/ha, em 1961/65, e 1.766kg/ha, em 1980/84 - enquanto que a média mundial nos mesmos quinquênios foi de 2.174kg/ha e 3.293kg/ha respectivamente. Além de persistentemente abaixo da média mundial, cresceu apenas 36% entre os dois períodos, enquanto a média mundial evoluiu 51%.

Atualmente, no confronto entre o destino (mercado externo e interno) e a articulação agroindustrial de um produto como mecanismos estimuladores

da produção, é difícil estabelecer qual é o fator determinante. Além disso, há uma certa dificuldade em se concordar que o principal mercado dessas agroindústrias é o mercado interno. No caso das usinas de açúcar e álcool, até 1979, basicamente o principal produto era o açúcar, em cujo mercado, na década de setenta, as exportações correspondiam a cerca de 30% da produção. Com a queda progressiva das cotações internacionais na mesma década e o advento do PROÁLCOOL, o álcool passou a ter importância considerável, este sim destinado basicamente ao mercado interno, mas o dinamismo desta agroindústria se deve muito às condições privilegiadas da política do governo para esse produto, tendo em vista a substituição do petróleo. No caso da agroindústria de óleos, embora tenha ocasionado mudanças significativas no mercado interno desse produto, a soja praticamente substituiu as outras oleaginosas no processo de extração de óleo. Na década de setenta, o crescimento da produção nacional de soja foi de 25,9% ao ano; no Estado de São Paulo o crescimento foi de 30,6%, enquanto que as outras principais oleaginosas apresentaram taxas negativas a nível de Estado: algodão -3,7%, o amendoim -4,6% e a mamona -5,5% ao ano, SILVA (22). O que se quer colocar é que, mesmo tendo gerado todas essas transformações no mercado interno de óleos, o dinamismo desta agroindústria se deve principalmente ao mercado internacional do chamado complexo soja; este seria o fator indutor do dinamismo, mais que o mercado interno, cujas transformações foram decorrentes. Ainda segundo SILVA (21), de 1973 a 1981 as exportações de farelo cresceram 462,0%, as de óleo bruto 1.703,0% e a de óleo refinado 489,0%. De acordo com os dados dos Prognós-ticos Agrícolas (16, 17, 18) considerando-se apenas exportação de farelo e grãos, nos anos de 1980 e 1983, o volume exportado em equivalente - grão representou, em média, 80,0% da produção nacional de soja.

O que as pesquisas recentes sobre a agroindústria mostram é que os produtos agrícolas, articulados à agroindústria, que vêm apresentando aumento de produção considerável, são aqueles cujos produtos finais se destinam, na sua maior parte, ao mercado externo, caso da soja, ou que são beneficiados por políticas especiais, caso da cana. A mandioca está articulada à agroindústria; no entanto, sua área cultivada vem decrescendo nos últimos anos e o produto final, a farinha, se destina basicamente ao mercado interno dos estratos de renda mais baixas. O milho, ligado à agroindústria de ração, insumo para produção de carnes cujo consumo vem se reprimindo nos últimos anos em função da queda do poder aquisitivo da população, também não vem apresentando uma boa performance, tanto que uma das principais re

invidicações da agroindústria de rações é a melhora na distribuição da renda, SILVA (22).

Dessa forma, verifica-se que a agroindústria voltada predominantemente para o mercado interno encontra obstáculo ao seu crescimento nos baixos níveis de renda da população.

Parece inegável que a agroindústria vem se constituindo em pólo dinâmico indutor de transformações na agricultura, mas carrega consigo a dualidade referente ao destino de seus produtos, mercado externo ou interno, e no caso de agroindústria de alimentação de produtos mais elaborados, o mercado se restringe às camadas de renda mais alta, como cita JUNQUEIRA (7).

MULLER (9), em 1981, colocou que a agricultura brasileira já apresenta características marcadamente industriais, embora se verifiquem diferenças regionais no que diz respeito à homogeneidade da base técnica, mas suficientemente desenvolvida para permitir a sua análise através da categoria Complexo Agroindustrial (CAI). Nesse sentido, contrapõe-se à análise funcionalista, uma vez que essa unidade analítica desloca o enfoque principal para a conexão entre os vários setores da economia, tendo em vista a acumulação de capital, levando em conta os conflitos entre eles e dando relevância à participação do Estado, enquanto a análise funcionalista analisa os setores de forma estanque.

3 - CONCLUSÃO

A questão do fornecimento de alimentos na verdade não é nova, apenas está se agravando à medida que a produção interna está praticamente estagnada ou crescendo a taxas muito baixas nos últimos anos, paralelamente à deterioração do poder de compra do trabalhador. Segundo HOMEM DE MELO (6), "... as maiores importações de trigo efetuadas pelo Governo atuaram no sentido de aliviar a queda observada na produção e disponibilidade calórica e protéica, por habitantes, dos alimentos básicos - arroz, feijão, mandioca, milho e batata...", o que foi possível devido à facilidade em se importar trigo, relativamente às dificuldades de se obter maior produção interna de diversos alimentos a partir dos anos sessenta. Essa opção pela importação do trigo foi válida como recurso circunstancial no período em que as cotas internacionais eram favoráveis relativamente aos preços dos produtos produzidos internamente e a nossa produção de alimentos era insuficiente; a

lêm do mais, de 1954 a 1970 uma parte das nossas importações de trigo era nos termos da PL 480, um programa de ajuda dos Estados Unidos (1). Paralelamente, os esforços para se aumentar a produção interna de alimentos foram insuficientes e a política de abastecimento interno amparada em crescentes níveis de importações de trigo continua até os dias de hoje, quando nossas reservas não têm mais poder de compra para as importações do produto resultando em pressões, inclusive externas, para que se retirem os subsídios à agricultura de modo geral e ao consumo do trigo. Não poderia haver momento mais inoportuno para a retirada do subsídio ao consumo do trigo, tendo em vista os indícios de que está havendo redução no consumo de alimentos. Não que se esteja defendendo a manutenção do subsídio por tempo indeterminado, mas que pelo menos dever-se-ia primeiro aumentar a produção e viabilizar a distribuição dos alimentos tradicionais a preços compatíveis com os níveis de salários ainda prevalecentes e depois rever a política de trigo, ou no mínimo que haja concomitância. Ao contrário, o que se está presenciando é a retirada do subsídio ao consumo do trigo, juntamente com a dos subsídios à agricultura de uma maneira geral (20).

A idéia básica que se quer colocar é a de que a questão do trigo não pode ser solucionada isoladamente, simplesmente se retirando o subsídio ao consumo, o que pode até agravar a situação do abastecimento. Esse mecanismo de subsídio, como se viu anteriormente, foi criado justamente para completar o abastecimento, que os produtos tradicionais não estavam atendendo satisfatoriamente.

Ao longo dos últimos vinte anos, a situação do abastecimento foi se agravando e insistiu-se na importação de trigo como solução alternativa, de forma que não se pode corrigir uma situação criada num período tão extenso apenas retirando o subsídio, pois a medida que a situação da produção interna de alimentos se agravava o subsídio aparece como um mal cada vez mais necessário. O aumento do consumo de trigo não foi simplesmente um reflexo da escassez de alimentos produzidos internamente, foi fruto de uma determinação política, pois, se não houvesse subsídio, muito provavelmente o consumo não teria chegado aos níveis atuais. Portanto, a reversão do processo

(1) PL 480: Lei aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1954 que regula a venda de excedentes agrícolas para Nações com déficits alimentares, doações, ajudas urgentes, etc - ver George, Susan (3).

passa antes pela maior oferta dos produtos básicos a preços compatíveis com a renda dos consumidores, criando-se assim as condições necessárias para que a retirada do subsídio se faça sem maiores prejuízos para os consumidores.

Nesse sentido, da discussão entre estudiosos da questão da oferta de alimentos citados nesse trabalho, verifica-se que a baixa remuneração por pessoa ocupada na agricultura se traduz em obstáculo à expansão da produção de alimentos. Constata-se, também que a articulação com a agroindústria não elimina a questão da polaridade entre mercado externo e interno, pelo contrário, aquelas agoindústrias voltadas mais para o mercado externo são as que mais vêm se desenvolvendo, enquanto que, para as dirigidas ao mercado interno, a baixa renda do consumidor vem se traduzindo em problema para seu desenvolvimento.

Assim, evidencia-se, em pelo menos dois momentos, a questão da renda como entrave à expansão da oferta de alimentos, no início do processo inviabilizando a produção agrícola, e no final, não havendo renda suficiente para o consumo, ou não estando apropriadamente distribuída.

LITERATURA CITADA

1. BARROS, José R.M. de & GRAHAM, Douglas H. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(3):695-725, dez. 1978.
2. FREITAS, Luiz M. de & DELFIM NETTO, Antonio. O trigo no Brasil. São Paulo, Associação Comercial, 1960. 175p. (Instituto de Economia Gastão Vidigal - Estudos Especiais)
3. GEORGE, Susan. O mercado da fome. Trad. de Eneida C. de Araújo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 306p. (Coleção O Mundo Hoje, 27)
4. GRAZIANO DA SILVA, José, coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1980. 240p.
5. _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981. 210p. (Coleção Economia & Planejamento - Série Teses e Pesquisas)
6. HOMEM DE MELO, Fernando B. Produção e disponibilidade de alimentos no Brasil. In: _____. O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 226p. (Coleção Estudos Brasileiros, 65)
7. JUNQUEIRA, José R.C.M. Política econômica e agricultura. Reforma Agrária, Campinas, 10(4/5):4-24, jul./out. 1980.
8. _____ & JUNQUEIRA, Maria E.B. Moagem e beneficiamento de café, trigo e cereais. In: CAMPINAS. Universidade Estadual. Pesquisa: as condições de operação da agroindústria paulista. Campinas, 1984. 54p. (mimeo)

9. MULLER, Geraldo. O complexo agroindustrial brasileiro.
s.l.p., s.c.p., 1981. 114p. (mimeo)
10. OLIVEIRA, Francisco de A. A economia brasileira: crítica à
razão dualista. In: CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANE-
JAMENTO - CEBRAP. Questionando a economia brasileira.
3.ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977. p.05-78.
(Seleções CEBRAP, 1)
11. PAIVA, Ruy M. O mecanismo de autocontrole no processo de
expansão da melhoria técnica da agricultura. Revista Bra-
sileira de Economia, Rio de Janeiro, 22(3):5-38, set. 1968.
12. _____. O problema dos alimentos. São Paulo, Secretaria
de Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1949.
13. PELIANO, Anna M.M. et alii. O problema alimentar brasileiro:
situação atual, perspectivas e proposta de políticas. Rio
de Janeiro, IPEA, 1983. 20p. (Documento de Trabalho, 11)
mimeo.
14. PINTO, Luiz C.G. Os benefícios do crédito rural e de assistên-
cia técnica à agricultura. Reforma Agrária, São Paulo,
- 10(4/5):25-64, jul./out. 1980.
15. RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento. Rio de
Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 172p. (Coleção
Retratos do Brasil, 158)
16. ROCHA, Maria B. Mercado de produtos: oleaginosas - soja.
Prognóstico 82/83, São Paulo, 11:144-146, 1982.
17. _____. _____. Prognóstico 83/84, São Paulo, 12:132-133,
1983.
18. _____. _____. Prognóstico 84/85, São Paulo, 13L125-
127, 1984.

19. SILVA, Cesar R.L. da. A crise energética e o PROÁLCOOL: algumas considerações. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1983. 18p. (Relatório de Pesquisa, 11/83)
20. _____ et alii. Política agrícola. Prognóstico 84/85, São Paulo, 13:201-227, 1984.
21. SILVA, Gabriel L.S.P. da. Effects of research and extension on agricultural growth and equity in Brazil. s.n.t. Trabalho apresentado na XVIII International Conference of Agricultural Economists, Jakarta, 1982. 19p. (mimeo)
22. SILVA, José R. da. Rações balanceadas e óleos vegetais. In: CAMPINAS. Universidade Estadual. Pesquisa: as condições de operação da agroindústria paulista. Campinas, 1984. 37p. (mimeo)
23. VEIGA F9, Alceu de A. et alii. Política agrícola. Prognóstico 82/83, São Paulo, 11:229-254, 1982.
24. _____ et alii. Política agrícola. Prognóstico 83/84, São Paulo, 12:205-240, 1983.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro

Arthur Antonio Ghilardi

Flavio Condé de Carvalho

José Luis Teixeira Marques Vieira

Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266



Relatório de Pesquisa
Nº 14/86

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola